

Índice

Decrescimento: na procura de uma economia diferente	1
Em busca de um bom índice de bem-estar	3

Decrescimento: na procura de uma economia diferente

velocidade que a impede de se regenerar (nn. 18, 22, 190) e, por isso, Francisco refere que “desacelerar um determinado ritmo de produção e de consumo pode dar lugar a outro modo de progresso e desenvolvimento” (n. 191).

Dever-se-ia renunciar a fazer aumentar o PIB?

A recessão iniciada em 2008 levou a que fosse questionado o atual modelo económico e financeiro. Em face do aumento da desigualdade, começa-se a duvidar que o crescimento económico melhore a sorte de todos, e perante a dispendiosa recuperação, até que a economia possa crescer indefinidamente.

Ninguém discute que os países em desenvolvimento possam e necessitem de crescer, para arrancar da penúria milhões de pessoas que têm falta, por exemplo, de saneamento básico ou de cobertura na área da saúde. Num livro publicado este ano, “The Rise and Fall of American Growth” (Princeton University Press), o economista norte-americano Robert Gordon levanta a hipótese de que o crescimento económico contínuo é uma exceção na história da humanidade. Só aconteceu devido aos saltos de produtividade provocados pelas revoluções industriais dos três últimos séculos: no XVIII (máquina a vapor, as fábricas de tecidos...), no XIX (motor de explosão, eletricidade...) e no XX (informática). Ora, o efeito das inovações esgota-se.

Na encíclica “Laudato si” aparecem algumas alusões ao tema. O Papa questiona “a ideia de um crescimento infinito ou ilimitado”, pois “pressupõe a mentira da disponibilidade infinita dos bens do planeta” (n. 106). Explora-se a natureza a uma

Resposta radical

A resposta mais radical a estas questões vem da corrente que propõe o decrescimento. Este movimento foi assumido no início deste século, a partir de ideias de Jacques Ellul (1912-1994) e Ivan Illich (1926-2002). Os dois são citados pelo economista francês Serge Latouche num artigo, “Pour une société de décroissance” (“Le Monde Diplomatique”, novembro 2003) que é considerado fundador. Latouche publicou mais tarde um livro programático, “Le pari de la décroissance” (2006), e continua a ser o ideólogo principal do decrescimento.

O movimento estendeu-se sobretudo em França, Itália e Espanha. Nele militam pessoas de diversas tendências, desde uns que promovem mudanças no estilo de vida, em vez de política, a outros mais ou menos próximos da esquerda radical anticapitalista.

Todos consideram contraproducente o crescimento económico nas sociedades ricas. Para as pessoas, porque quando se passa de um certo nível, os efeitos secundários de consumir mais (poluição, congestionamentos...) superam as satisfações que proporciona. Para a economia, porque a expansão forçada é financiada com dívida, e geram-se ciclos de bolha e recessão.

O decrescimento apoia-se especialmente em motivos ecológicos. E, contra as teses dos ecomodernistas (“Aceprensa”, 29.4.2015) e de muitos outros, nega que a tecnologia tenha a solução. Avança com o paradoxo formulado pelo economista inglês William Stanley Jevons (1835-1882): qualquer melhoria da eficiência na utilização de um recurso faz diminuir o consumo por unidade de produção, mas aumenta o consumo total porque o embaratece.

Alguns defensores do decrescimento também sustentam que o crescimento é injusto: concentra os benefícios nos países ou classes ricas e os custos nos pobres (exemplo típico: as multinacionais das indústrias extrativas). Além disso, alegam, o crescimento é subsidiado pelo trabalho doméstico não remunerado.

Desglobalizar

Daí concluírem que os países ricos têm de decrescer, o que não equivale a sofrer recessão, embora o PIB baixe, pelo menos como é calculado atualmente. Para isso, propõem um movimento inverso à globalização: reduzir a distância entre produtores e consumidores, favorecendo economias de escala mais pequena, com comunidades que atendam as suas próprias necessidades, igualmente com trabalho voluntário, gerido, por exemplo, através de bancos de tempo. Isto implicaria usar menos energia, porque haveria menos movimento de pessoas e mercadorias, e porque se mudariam tecnologias avançadas (como o automóvel) por outras de baixo nível (bicicleta).

Tal realocização” permitiria utilizar instrumentos mais simples, que se poderiam fabricar ou pelo menos reparar em zonas de proximidade. Trata-se, assim, de produzir mais para o consumo e menos para a troca. Alguns setores (finanças, indústria) teriam de se contrair, e outros (educação, cuidados a prestar), expandir-se.

Outras propostas são: baixar os impostos do trabalho e subí-los para o uso de recursos; implantar um rendimento básico incondicional (“Aceprensa”, 31.8.2016) e impor um teto de rendimentos (que ninguém ganhe mais, por exemplo, do que 30 vezes o rendimento básico); cortar na semana laboral para as 30-32 horas, de forma a repartir o trabalho com os desempregados; inclusivamente, que o Estado garanta o emprego, oferecendo um trabalho público a quem não o tiver, e reduzir o desemprego para zero; limitar e controlar a publicidade, para não estimular o consumismo.

Defensores do crescimento

Em face destas ideias, os defensores do crescimento continuam a ser maioria, e não apenas no FMI ou nas indústrias poluidoras. Ao fim e ao cabo, a crise permitiu comprovar na Grécia, em Espanha e noutros países, que muito menos a redução do PIB oferece mais satisfações do que dores. Há alguns meses, três membros de um grupo de especialistas do IPCC (Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas) da ONU, publicaram um artigo intitulado “O crescimento não é o inimigo do bem-estar humano” (“Le Monde”, 12.10.2016). Purnamita Dasgupta (Índia), Ottmar Edenhofer (Alemanha) e Kristin Seyboth (EUA) negam que haja conflito insuperável entre crescimento económico e ecologia, entre eficiência e igualdade, entre os valores comerciais e os outros.

Dizem que “seria ingénuo negar a contribuição do crescimento para o bem social”. Observada a economia à escala mundial, o crescimento do último século reduziu muito a desigualdade, retirando milhões de pessoas da miséria e melhorando as condições de vida nos países, como mostra a maior esperança de vida. O muito que resta ainda fazer, poder-se-á obter se os países desenvolvidos adotarem o decrescimento? Os investimentos necessários terão de sair dos excedentes dos países ricos (incluindo, desde há pouco tempo, a China).

Os defensores do decrescimento talvez subestimem os benefícios da globalização. Quando empresas de países desenvolvidos vão para outros países mais pobres à procura de matérias-primas, novos mercados ou de mão de obra barata, podem contribuir para o desenvolvimento destes países. O comércio internacional também pode enriquecê-los com o dinheiro dos compradores ricos. Sim, existe rapina e barreiras alfandegárias abusivas, mas isso não desmente o que se disse, sublinhando sim a necessidade de uma regulamentação justa.

Relativamente aos países ricos, algumas receitas do decrescimento suscitam dúvidas. Umas, como o teto de rendimento ou o controlo da publicidade, são contrárias às liberdades civis. Outras exigem subsídios enormes e fazem suspeitar que a economia do decrescimento não seria sustentável.

Em resumo, o movimento do decrescimento assinala problemas reais, apresenta ideias valiosas para adotar uma melhor forma de viver; mas convence menos quando desenha um novo sistema económico.

Mais ideias

Há outras respostas para as mesmas questões. O movimento da “economia positiva”, iniciado por Jacques Attali, pretende reorientar a economia para implantar a atenção ao longo prazo nas decisões, de modo que se tenha em conta o bem das gerações futuras. Quer favorecer “um crescimento responsável, sustentável e inclusivo, respeitador do meio ambiente e

ao serviço da sociedade". A solução, defende este economista francês, é fomentar o altruísmo. Para difundir estas ideias e práticas organiza-se todos os anos o Fórum da Economia Positiva, que, em setembro último, teve a sua quinta edição.

Também é significativa a corrente do "capitalismo inclusivo", que advoga utilizar as ferramentas do mercado e a política fiscal para promover ativamente a igualdade. Inspira-se nos estudos de C.K. Prahalad e de Stuart Hart sobre "a base da pirâmide" ("Aceprensa", 6.7.2005), que salientam o potencial económico dos pobres. Deram-lhe impulso de modo especial o ex-secretário norte-americano do Tesouro, Lawrence Summers, e o político trabalhista britânico Ed Balls, com o seu "Relatório da Comissão sobre Prosperidade Inclusiva" (2015), promovido por um *think tank* norte-americano, e está a ganhar terreno dentro do Partido Democrata.

Algo se está a mover, portanto. Depois de anos de predomínio neoliberal, outras propostas estão a animar uma discussão necessária.

Alguns livros que saíram sobre esta temática:

"Menos es más. Introducción a la economía del decrecimiento" (Nicolas Ridoux; Ed. Los Libros del Lince, Barcelona, 2009), que é uma exposição de divulgação centrada especialmente na atitude pessoal;

"Decrecimiento. Un vocabulario para una nueva era" (Giacomo D'Alisa, Federico Demaría, Giorgos Kallis; Ed. Icaria, Barcelona, 2015), com génese e propostas do decrescimento enquanto movimento político;

"Por una economía del bien común" (Stefano Zamagni; Ed. Ciudad Nueva, Madrid, 2012), com ideias para humanizar a economia.

Os bens da vida simples

Alguns defensores do decrescimento insistem mais nas atitudes pessoais do que no sistema. Não se trata, dizem, de mudar a economia, mas de a colocar no seu devido lugar. Tem de estar em segundo plano, atrás dos bens imateriais.

Como afirma Nicolas Ridoux no seu livro "Menos es más", o objetivo do decrescimento não será obtido através de qualquer "fórmula milagrosa": será o resultado de inúmeras abordagens convergentes. Antes de tudo, é necessária uma mudança de atitude: abandonar a "religião do crescimento", o insensato desejo de ter mais por ter mais. Tem de se começar por afastar o material supérfluo em benefício de um aumento das relações humanas".

A proposta é adotar um modo de vida simples, mas que seja generalizável. Não se trata de ir viver para uma cabana, como fez Sue Hubbell e conta no seu livro "Un año en los bosques"

(Ed. Errata Naturae, Madrid, 2016). Mas pode-se ganhar tempo ao trabalho e ao consumo para o utilizar em necessidades não materiais.

Ridoux recomenda que as pessoas se libertem da pressa: perder velocidade para viver mais em sintonia com os ritmos naturais. Sem pressa, é possível recuperar o gosto por caminhar ou andar de bicicleta, dedicar mais tempo e atenção à amizade; desfrutar do prazer da conversa, parar de modo a contemplar a natureza...

É o mesmo conselho de Pierre Sansot (1928-2005), autor do delicioso livro "Del buen uso de la lentitud" (Ed. Tusquets, Barcelona, 1999), no original, "Du bon usage de la lenteur" (Ed. Payot, 1998). Ver sobre este livro, "Aceprensa", 12.1.2000). "A lentidão não significa incapacidade para adotar um ritmo mais rápido. É mais a vontade de não querer forçar o tempo... mas também o aumento da nossa capacidade de acolher o mundo e de não nos esquecermos de nós mesmos pelo caminho. O leve toque em vez da agitação".

R. S.

Em busca de um bom índice de bem-estar

O PIB é uma medida cada vez menos adequada da riqueza e do nível de vida.

PIB (Produto Interno Bruto) é talvez o indicador económico mais conhecido e mais utilizado, juntamente com o da inflação e a taxa de desemprego. Fixa um objetivo para os governos, inscrito nos seus orçamentos. Serve de referência para o limite do défice público na zona euro. Dá a medida da pressão fiscal, da despesa pública e privada em diferentes capítulos, da generosidade da ajuda ao desenvolvimento. A verdade é que quantifica o tamanho da economia e, portanto, a riqueza de um país em termos absolutos, e relativamente ao número de habitantes, a prosperidade material. E permite assim, além disso, fazer comparações internacionais.

Como o crescimento económico se expressa em variação do PIB, os defensores do decrescimento rejeitam este índice, pois marca a direção que, segundo dizem, não se deveria seguir. Mas não são eles os primeiros a criticar a utilização do PIB como meta de um país. Num discurso de 1968, o senador norte-americano Robert Kennedy falou vigorosamente contra a "idolatria do PIB", que faz a contagem de anúncios e de prisões, mas não o que mais interessa, como "a solidez das nossas famílias". Em 2009, o Prémio Nobel da Economia, Joseph Stiglitz, num relatório feito a pedido do então presidente francês, Nicolas Sarkozy, defendeu que se abandonasse "o fetichismo do PIB" e que fosse substituído por

um conjunto de estimativas do bem-estar. No ano passado, a "The Economist" (30.4.2016) recordou estas críticas e juntou-se a elas, para propor um novo PIB.

Não existe índice perfeito, mas o PIB tornou-se muito insuficiente para definir metas de política social.

R. S.

O paradoxo de Samuelson

Já se sabe que as riquezas não oferecem necessariamente a felicidade, e o PIB não a capta. Mas agora, objetiva-se que nem sequer mede bem a riqueza, e ainda menos o nível de vida.

O PIB expressa o valor dos bens e serviços produzidos num país durante um determinado período, estimado a partir do consumo e da utilização final. Isto é, o PIB conta o que se compra e se vende, e deixa de fora outros bens. Assim, a reconstrução de uma cidade devastada por um terramoto, conta como aumento da riqueza nacional. E como se deixa de fora o trabalho não remunerado nos lares, acontece o paradoxo assinalado ironicamente pelo Prémio Nobel, Paul Samuelson: quando um homem se casa com a sua empregada doméstica, baixa o PIB.

Outras medidas

Devido a essas limitações, foram idealizados outros indicadores. Em 1972, William Nordhaus e James Tobin propuseram uma "medição do bem-estar económico" que tirava do PIB algumas partes da despesa pública, como a defesa, e os efeitos negativos da riqueza, como o tempo perdido por causa dos engarrafamentos.

O "PIB verde" desconta do PIB convencional o valor da baixa do *stock* de recursos naturais. Os defensores do decrescimento costumam referir-se ao índice de progresso genuíno (IPG), idealizado pelo economista Herman Daly, que também tem em conta a deterioração do meio ambiente.

Maior difusão teve o índice de desenvolvimento humano (IDH), utilizado nos relatórios do Programa da ONU para o Desenvolvimento. Baseia-se em três fatores: PIB por habitante, esperança de vida ao nascer e nível de educação.

Stiglitz e o também Prémio Nobel, Amartya Sen, avançaram com critérios básicos para medir o bem-estar melhor do que com o atual PIB: ter em conta o rendimento real e o consumo das famílias, mais do que a produção (é possível que a produção suba mas o rendimento baixe); incluir, além disso, a variação do património (recursos naturais, capital humano...); avaliar não apenas o rendimento médio, mas também como é repartido (uma subida que só beneficie os rendimentos mais elevados não faz aumentar o bem-estar geral); incluir as atividades que estão fora do mercado, como o trabalho doméstico e outros serviços gratuitos.